



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0001195-64.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da 2ª Vara Cível da comarca de Indaial

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 35/2016.

Período da correição: 3-10-2016 a 5-12-2016.

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Assessora Técnica: Karolina Oliveira Fontanela Coimbra

Técnica Judiciária Auxiliar: Caroline Matos



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epígrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Indaial.

Unidade: 2ª Vara Cível.

Municípios integrantes: Indaial.

Juiz titular: Orlando Luiz Zanon Júnior.

Chefe de cartório: Raquel Paula Lazzaris.

Última correição por equipe da CGJ/SC: 0010884-06.2014.8.24.060.

Competência: Resolução n. 52/2011-TJ "[...]Art. 2º Compete privativamente ao Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Indaial: I - processar e julgar: a) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); b) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); c) os feitos relativos à Fazenda Pública (art. 99 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); d) os feitos relativos aos registros públicos (art. 95 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); e) as ações constitucionais (mandado de segurança, ação civil pública, ação popular e habeas data); e f) as ações acidentárias (art. 109, I, da Constituição da República Federativa do Brasil) e as previdenciárias (art. 129, II, da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991). II- cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. Parágrafo único. Os processos referidos nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo, atualmente em tramitação na 1ª Vara Cível da comarca de Indaial, serão redistribuídos ao Juízo de Direito da 2ª Vara Cível[...]."

Entrância: Final.



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	15.431
1.1.2	Processos em andamento	14.994
1.1.3	Procedimentos em andamento	437
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência dezembro de 2016.		
b) Existem 33 processos ativos na antiga 2ª Vara (fl. 157).		
c) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 4.836 referem-se a processos de Execução Fiscal.		
d) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 1.931 referem-se a processos do Juizado Especial Cível.		

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	6.147
1.2.2	Processos em andamento	5.739
1.2.3	Procedimentos em andamento	408
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência dezembro de 2016.		

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	309	500	809
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 26/01/2017.				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	2.883	240,25
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	2.314	192,83
1.4.3	Janeiro a novembro de 2016	3.034	275,82
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos e documentos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		6.439
1.5.1.1	Cível - Genérico - Processo Ag. Audiência	5	
1.5.1.2	Cível - Genérico - Processo Ag. Digitalização	1	
1.5.1.3	Cível - Genérico - Processo Ag. Encerramento do Ato	673	
1.5.1.4	Cível - Genérico - Processo Ag. Prazo	6	
1.5.1.5	Cível - Genérico - Processo Análise do Cartório - Trânsito em Julgado	142	
1.5.1.6	Cível - Genérico - Processo Com Classe Alterada	4	
1.5.1.7	Cível - Genérico - Processo Concluso 6	10	
1.5.1.8	Cível - Genérico - Processo Cumprir - Urgente	43	
1.5.1.9	Cível - Genérico - Processo Cumprir Audiência	20	
1.5.1.10	Cível - Genérico - Processo Recebido Contadoria	20	
1.5.1.11	Cível - Genérico - Processo Recebido Distribuição	1	
1.5.1.12	Cível - Genérico - Processo Recebido do Juiz - Decisão	490	
1.5.1.13	Cível - Genérico - Processo Recebido do Juiz - Despacho	164	
1.5.1.14	Cível - Genérico - Processo Recebido do Juiz - Sentença	109	
1.5.1.15	Cível - Genérico - Processo Recebido Serviço Social	22	
1.5.1.16	DEL - Executivo Fiscal Estadual - Processo Excepcional	1	
1.5.1.17	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Ag. Análise Cartório - Citação	3	
1.5.1.18	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Ag. Digitalização	3.016	
1.5.1.19	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Ag. Impressão - Vara	8	
1.5.1.20	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Aguardando Análise do Chefe de Seção	258	
1.5.1.21	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Aguardando Assinatura do Juiz	111	
1.5.1.22	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Aguardando Correio	77	
1.5.1.23	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Aguardando Mandado - Oficial de Justiça	65	
1.5.1.24	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Aguardando Manifestação do Exequente	4	
1.5.1.25	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Aguardando Manifestação do Exequente - Extinção	1	
1.5.1.26	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Aguardando Pesquisa de Endereços	39	
1.5.1.27	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Análise do Cartório - Trânsito em Julgado	23	
1.5.1.28	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Concluso - Recurso	5	
1.5.1.29	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Concluso para Decisão Interlocutória	37	
1.5.1.30	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Concluso para Despacho Inicial	12	
1.5.1.31	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Concluso para Sentença	1	
1.5.1.32	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Cumprir - Urgente	70	
1.5.1.33	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Entrado por Redistribuição	1	
1.5.1.34	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Expedir Carta Precatória	59	
1.5.1.35	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Expedir Edital de Citação	1	
1.5.1.36	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Recebido Contadoria	25	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

1.5.1.37	DTR - Fiscal - Seção I - Processo Recebido Distribuição	3	
1.5.1.38	DTR - Fiscal - Seção II - Processo Aguardando Análise do Chefe de Seção	158	
1.5.1.39	DTR - Fiscal - Seção II - Processo Aguardando Valor Atualizado	119	
1.5.1.40	DTR - Fiscal - Seção II - Processo Concluso para Decisão Interlocutória	1	
1.5.1.41	DTR - Fiscal - Seção II - Processo Concluso Redirecionamento	1	
1.5.1.42	DTR - Fiscal - Seção II - Processo Cumprir - Urgente	3	
1.5.1.43	Execução Fiscal - Processos Ag. Encerramento do Ato	9	
1.5.1.44	Execução Fiscal - Processos Excepcional	26	
1.5.1.45	Execução Fiscal - Processos Recebido Distribuição	1	
1.5.1.46	Juizado Especial Cível - Processo Ag. Análise do Cartório	59	
1.5.1.47	Juizado Especial Cível - Processo Ag. Audiência	59	
1.5.1.48	Juizado Especial Cível - Processo Ag. Encerramento do Ato	217	
1.5.1.49	Juizado Especial Cível - Processo Ag. Impressão - Vara	1	
1.5.1.50	Juizado Especial Cível - Processo Ag. Prazo	6	
1.5.1.51	Juizado Especial Cível - Processo Análise do Cartório - Trânsito em Julgado	85	
1.5.1.52	Juizado Especial Cível - Processo Com Classe Alterada	2	
1.5.1.53	Juizado Especial Cível - Processo Concluso 6	6	
1.5.1.54	Juizado Especial Cível - Processo Cumprir Audiência	11	
1.5.1.55	Juizado Especial Cível - Processo Recebido Contadoria	70	
1.5.1.56	Juizado Especial Cível - Processo Recebido do Juiz - Decisão	36	
1.5.1.57	Juizado Especial Cível - Processo Recebido do Juiz - Despacho	4	
1.5.1.58	Juizado Especial Cível - Processo Recebido do Juiz - Sentença	2	
1.5.1.59	Juizado Especial Cível - Processo SIDEJUD - Ag. Assinatura Juiz	3	
1.5.1.60	Juizado Especial Fazendário - Processo Ag. Encerramento do Ato	9	
1.5.1.61	Juizado Especial Fazendário - Processo Ag. Prazo	1	
1.5.1.62	Juizado Especial Fazendário - Processo Cumprir Audiência	2	
1.5.1.63	Juizado Especial Fazendário - Processo Recebido do Juiz - Decisão	14	
1.5.1.64	Juizado Especial Fazendário - Processo Recebido do Juiz - Despacho	4	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

1.5.2	Observações
	<p>a) Informações obtidas em 26-1-2017.</p> <p>b) Na data de 27-1-2017 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 126 processos na fila. O mais antigo data de 22/09/2016.</p> <p>b.2) Ag. Análise - Recursos: não existem processos na fila.</p> <p>b.3) Cumprir urgente: existem 214 processos na fila. O mais antigo data de 01/06/2016.</p> <p>b.4) Recebido do Juiz. Recebido do Juiz - Despacho: existem 570 processos na fila. O mais antigo data de 11/09/2015. Recebido do Juiz - Decisão: existem 1.196 processos na fila. O mais antigo data de 17/07/2015. Recebido do Juiz - Sentença: existem 308 processos na fila. O mais antigo data de 08/10/2015.</p> <p>b.5) Escrivão: não existem processos na fila.</p> <p>b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 138 processos com audiências já realizadas.</p> <p>b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos por amostragem. Verificou-se que nos processos de ns. 0300819-63.2016.8.24.0031, 0002484-27.2015.8.24.0031, 0303230-16.2015.8.24.0031 e [REDACTED] há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 CNECJ, e no processo de n. 0900020-05.2015.8.24.0031 há decisão determinando o arquivamento mas não há certidão do art. 327 CNECJ (Provimento n. 1/2016 - CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).</p> <p>b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (ns. 0300220-61.2015.8.24.0031, 0300495-10.2015.8.24.0031, 0300133-42.2014.8.24.0031, 0301986-52.2015.8.24.0031 e 0300603-73.2014.8.24.0031), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão do feito.</p> <p>Fila Petição intermediária</p> <p>b.9) Ag. Análise - Juntada Automática: existem 1.424 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 09/09/2015.</p> <p>b.10) Ag. Análise - Petições Diversas: existem 213 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 15/12/2015.</p>



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	5.277	4.062
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.	39,22%	26,32%
1.6.1.2	Observações: a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro. b) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). c) Primeira verificação: mês de referência agosto de 2016 (fls. 10-111). d) Segunda verificação: mês de referência dezembro de 2016 (fls. 158-211).		

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação	
1.6.2	Processos sem movimento há mais de 365 dias	3.061	1.927	
1.6.2.2	Processos sem movimento há mais de 365 dias por ano da última movimentação	2011	36	33
1.6.2.3		2012	14	14
1.6.2.4		2013	248	179
1.6.2.5		2014	1.829	778
1.6.2.6		2015	934	830
1.6.2.7		2016	0	93
1.6.2.8	Data da movimentação mais antiga	13-6-2011	13-6-2011	
	Observações a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.			

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	-	-
1.6.4	Processos com a classe "Habilitação para Adoção" em andamento e distribuídos há mais de 365 dias.	-	-
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	305	47
1.6.6	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	213	36
1.6.7	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.	960	776
1.6.8	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.	0	0
1.6.9	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.	12	6
	Observações a) Primeira verificação em 26-9-2016 (fl. 112-129). a.1) Itens 1.6.3 e 1.6.4: não se aplicam em face da competência da unidade. a.2) Itens 1.6.3 a 1.6.6: o relatório não deve trazer registro. a.3) Itens 1.6.7 a 1.6.9: dados do mês de abril de 2016, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 27-1-2017 (fls. 212-222).		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

b.1) Itens 1.6.3 a 1.6.6: o relatório não deve trazer registro.
b.2) Itens 1.6.7 a 1.6.9: dados do mês de dezembro de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.

PENDÊNCIAS

1.6.10	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-8-2016)	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária	1.586	926
	Peticionamento eletrônico	35	17
	Mandados	20	4
	AR	229	50
	Observações		

a) Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.
b) Primeira verificação em 26-9-2016. (fls. 130-132).
c) Segunda verificação em 27-1-2017 (fl. 223).

AJUSTE DE MOVIMENTAÇÃO

		Valor
1.6.11	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo".	242
1.6.12	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça – Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos".	2
1.6.13	Processos ativos com localização física em "cartório – processo suspenso", "cartório – suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório – suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)".	17
1.6.14	Processos ativos com localização física "devolvido à origem", "entregue à parte" ou "remetido".	0
1.6.15	Processos principais ativos com execução de sentença iniciada.	30
	Observações	

a) Os relatórios não eram extraídos ao tempo da primeira verificação.
b) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
c) Dados obtidos em 27-01-2017 (fls. 224-232).

MANDADOS

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.16	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	4	8
	Observações		

a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
a) Primeira verificação em 26-9-2016 (fl. 133).
b) Segunda verificação em 27-1-2017 (fl. 233).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.17	Outros setores				
1.6.17.1	Contadoria	0	0	0	0
1.6.17.2	Distribuição	0	0	0	0
1.6.17.3	Ministério Público	3	3	0	0
1.6.17.4	Petição Inicial – Ag. Digitalização	1	1	0	0
1.6.17.5	Serviço Social	9	0	12	0
	Observações				
a) Primeira verificação em 26-9-2016 (fl. 134).					
b) Segunda verificação em 27-1-2017 (fl. 234).					

PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.18	Quantidade total de processos em carga	990		1.219	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.18.1	Assistente Social	0	0	1	0
1.6.18.2	Cartório da Distribuição	14	6	183	151
1.6.18.3	Contadoria	78	9	222	67
1.6.18.4	Juíza Iolanda Volkmann	0	0	1	1
1.6.18.5	Juiz Orlando Luiz Zanon Junior	519	165	499	128
1.6.18.6	Ministério Público	9	0	24	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.18.7	Advogado	229	134	112	11
1.6.18.8	Perito	2	1	4	1
1.6.18.9	Procuradorias	139	57	173	45
	Observações				
a) Primeira verificação: mês de referência agosto de 2016 (fls. 135-136).					
b) Segunda verificação: mês de referência dezembro de 2016 (fl. 235).					
c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).					



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

1.6.19 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.19.1	Cartório - recebido do advogado	40	0	85	5
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.19.2	Cartório – aguardando	123	85	137	122
1.6.19.3	Cartório – aguardando AR	231	22	196	107
1.6.19.4	Cartório – aguardando carta precatória	71	69	63	62
1.6.19.5	Cartório – aguardando confecção de relação	1.900	1.662	1.450	1.103
1.6.19.6	Cartório – aguardando mandado	103	85	251	248
1.6.19.7	Cartório – aguardando publicação de relação	626	298	897	754
1.6.19.8	Cartório – arquivar	88	12	277	159
1.6.19.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.19.10	Cartório – escaninho do advogado	0	0	2	1
1.6.19.11	Cartório – escaninho do juiz	25	14	717	254
1.6.19.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	10	6	8	8
1.6.19.13	Cartório – escaninho do promotor	2	0	3	0
1.6.19.14	Cartório – recebido do juiz	12	9	33	14
1.6.19.15	Cartório – recebido do promotor	0	0	7	0
1.6.19.16	Cartório – recebido do contador	2	2	10	10
1.6.19.17	Cartório – prazo 1 a 31	140	94	304	177
1.6.19.18	Cartório – mesa do escrivão	3	1	6	2
1.6.19.19	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	0	0	1	1
1.6.19.20	Cartório – mesa 01 a 10	43	4	17	15
	Expedição/cumprimento				
1.6.19.21	Cartório – cumprir despacho	2.391	2.160	1.481	1.032
1.6.19.22	Cartório – cumprir despacho urgente	46	18	59	45
1.6.19.23	Cartório – expedir alvará	0	0	0	0
1.6.19.24	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.19.25	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.19.26	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.19.27	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.19.28	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.19.29	Cartório – aguardando juntada	711	399	700	402
1.6.19.30	Cartório – aguardando petição	88	13	32	11
1.6.19.31	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
	Observações				
a) Primeira verificação em 26-9-2016 (fls. 137-138). b) Segunda verificação em 27-1-2017 (fls. 236-251). c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".					



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	-	-
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	-	-
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	-	-
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	-	-
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	-	-
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros	-	-
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	-	-
	Observações		
a) Padrão de conformidade:			
a.1) Itens 1.7.1 a 1.7.7: não se aplicam em face da competência da unidade.			
1.7.8	Réu preso provisório	-	-
	Réu preso definitivo	-	-
	Total	-	-
1.7.8.1	Observações		
a) não se aplica em face da competência da unidade.			
1.7.9	Armas e bens cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em andamento.	-	-
1.7.10	Armas e bens cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em situação de baixa.	-	-
1.7.11	Armas e munições cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em andamento (Circular n.144/2015).	-	-
	Observações		
a) Itens 1.7.9 a 1.7.11: não se aplicam em face da competência da unidade.			



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	-	-
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	-	-
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	-	-
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	Alimentado	Alimentado
1.8.5	Observações		

<p>a) Itens 1.8.1 a 1.8.3: não se aplicam em face da competência da unidade.</p> <p>b) Primeira verificação em 26-9-2016 (fls. 139-141).</p> <p>b.1) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade):</p> <p>b.2) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.</p> <p>b.3) A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 26-9-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>c) Segunda verificação em 27-1-2017 (fl. 252).</p> <p>c1) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade):</p> <p>j.2) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.</p> <p>j.3) A consulta ao SAJ (período 1-1-2015 a 30-1-2017) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p>

1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	Não se aplica	Não se aplica
1.9.1.1	Observações		
Não se aplica em face da competência da unidade.			



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 17 de março de 2017.

Catia Lucila Ricordi Crestani
Assessora Técnica Correicional – Mat. 6.508

Karolina Oliveira Fontanela Coimbra
Assessora Técnica - M23561

Caroline Matos
Técnica Judiciária Auxiliar - 42.226